

Delegado Camargo intensifica fiscalização e cobra transparência sobre uso de recursos públicos para reduzir filas de cirurgias

PÁGINA 02

Conselheiro Omar Pires Dias assume cargo vago no Tribunal de Contas



Nomeação assegura continuidade dos trabalhos administrativos e das sessões de julgamento no TCE-RO.

PÁGINA 02

Ministério Público de Rondônia busca esclarecimentos e discute ausência de cargos no concurso da educação estadual



O objetivo do encontro foi obter esclarecimentos e avaliar possíveis ajustes no edital ainda no prazo de inscrições, evitando prejuízo ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas estaduais.

PÁGINA 04

Investimento privado na BR-364 vai reduzir custo de 38,1% para transportadores em Rondônia



Estudo mostra que prejuízo da infraestrutura ruim supera impacto do pedágio na BR-364.

PÁGINA 03

Ibama notifica donos de 144 dragas apreendidas durante operação em Rondônia



Ibama dá prazo para regularização de dragas apreendidas em operação contra garimpo ilegal no rio Madeira.

PÁGINA 03

Governo Federal vai fiscalizar Rondônia e outros 16 estados por cobrança acima do teto dos exames da CNH



A informação foi confirmada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho.

PÁGINA 04

Delegado Camargo intensifica fiscalização e cobra transparência sobre uso de recursos públicos para reduzir filas de cirurgias

O deputado estadual Delegado Camargo intensificou a fiscalização sobre os recursos públicos destinados à redução das filas de cirurgias eletivas e não eletivas em Rondônia. O parlamentar cobra do Governo do Estado mais transparência e dados concretos sobre a aplicação das verbas e os resultados alcançados ao longo de 2025, especialmente no atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por meio de indicação formal encaminhada ao Executivo, à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), Camargo solicitou informações sobre o número de cirurgias realizadas, metas pactuadas com o Ministério da Saúde, eventuais saldos financeiros e a execução dos recursos federais do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias (PNRF). Segundo o deputado, a falta de informações claras compromete o controle social e a avaliação das políticas públicas.

Além da cobrança por transparência, o parlamentar ressalta que a redução das filas cirúrgicas é uma demanda urgente



O parlamentar solicitou informações detalhadas sobre o organograma adotado para enfrentar a demanda reprimida por cirurgias.

da população e que a correta aplicação dos recursos pode representar alívio imediato para milhares de pacientes que aguardam procedimentos há meses ou até anos.

Camargo afirmou ainda que continuará acompanhando a execução orça-

mentária da saúde estadual e não descarta novas medidas legislativas caso as informações solicitadas não sejam apresentadas. A expectativa é que o debate contribua para aprimorar a gestão dos recursos públicos e garantir mais eficiência no atendimento à população rondoniense.

Conselheiro Omar Pires Dias assume cargo vago no Tribunal de Contas

O conselheiro substituto Omar Pires Dias assumiu o cargo vago de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em razão da vacância decorrente do falecimento do conselheiro Valdivino Crispim, ocorrido no último dia 29.

A convocação segue o que dispõe o Regimento Interno do TCE-RO, que prevê que, em caso de vacância, o presidente da Corte convoque auditor ou conselheiro substituto para exercer, de forma imediata, as atribuições do cargo, até que haja novo provimento definitivo, conforme os trâmites legais.

A indicação de Omar Pires Dias foi realizada pela Corregedoria do Tribunal de Contas e tem como finalidade assegurar a continuidade administrativa e jurisdicional da Corte. A medida garante

a regularidade das distribuições processuais no Sistema de Processo de Contas Eletrônico (PCE), bem como a normalidade dos trabalhos técnicos, das sessões de julgamento e dos procedimentos pré e pós-sessão.

Com a assunção ao cargo, o conselheiro substituto passa a exercer plenamente as funções inerentes ao posto, participando das sessões do Pleno e das Câmaras, relatando processos e contribuindo para a manutenção da eficiência, da segurança jurídica e do funcionamento regular do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A assunção de Omar Pires Dias ao cargo ocorre em caráter temporário, até a definição do novo titular conforme os procedimentos constitucionais e legais, garantindo que não haja prejuízo à aná-



Nomeação assegura continuidade dos trabalhos administrativos e das sessões de julgamento no TCE-RO.

lise de processos, ao controle externo e às atividades fiscalizatórias do Tribunal, especialmente em um período de elevada demanda por decisões técnicas e colegiadas.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Investimento privado na BR-364 vai reduzir custo de 38,1% para transportadores em Rondônia

Dados da Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada em dezembro de 2025, indicam que a má qualidade da malha viária em Rondônia gera um aumento médio de 38,1% no custo operacional do transporte, percentual acima da média nacional. Com 61,8% das estradas classificadas como “regulares” e 14,1% como “ruins” ou “péssimas”, o impacto encarece o frete, reduz a competitividade logística e reflete no preço final ao consumidor.

Segundo o levantamento, apenas em 2025 houve desperdício de 27,1 milhões de litros de diesel devido às condições do pavimento, causando prejuízo estimado em R\$ 155,6 milhões aos transportadores. O custo oculto da ineficiência supera em mais de três vezes o impacto estimado da tarifa de pedágio, que gira em torno de 12%.

Desde que assumiu a concessão da BR-364, em agosto de 2025, a Nova 364 investiu R\$ 360 milhões nos primeiros 100 dias de operação, antecipando a maior parte das obras previstas e ampliando serviços aos usuários, como guinchos, ambulâncias e atendimento 24 horas. A expectativa é reduzir acidentes, consumo de combustível e custos logísticos,



Estudo mostra que prejuízo da infraestrutura ruim supera impacto do pedágio na BR-364.

garantindo mais segurança e eficiência no escoamento da produção no estado.

Além dos investimentos em obras, a concessionária ampliou a estrutura de suporte ao usuário, com equipes operando em regime ininterrupto ao longo dos mais de 720 quilômetros concedidos. Os serviços incluem inspeção de tráfego, remoção de veículos com pane, atendimento pré-hospitalar e apoio a veículos leves e de carga pesada, trazendo mais

previsibilidade e segurança às viagens.

Os usuários da rodovia podem acionar o atendimento pelo telefone 0800 0 364 364 ou pelo aplicativo oficial da concessionária. A operação conta com centenas de profissionais capacitados e uma frota diversificada de ambulâncias, guinchos e veículos de apoio, reforçando a proposta de transformar a BR-364 em um corredor logístico mais eficiente e seguro para Rondônia.

Ibama notifica donos de 144 dragas apreendidas durante operação em Rondônia



Ibama dá prazo para regularização de dragas apreendidas em operação contra garimpo ilegal no rio Madeira.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio da Superintendência em Rondônia, publicou edital de notificação aos proprietários de 144 dragas apreendidas em outubro de 2023 durante operação de combate ao garimpo ilegal de ouro no Rio Madeira, em Porto Velho. A ação integra o esforço permanente de fiscalização ambiental para coibir crimes ambientais e proteger os recursos naturais da região amazônica.

De acordo com o edital, os proprietários têm prazo de 20 dias, a contar desta terça-feira (13), para comparecer à sede do Ibama em Porto Velho e apresentar documentação que comprove a propriedade dos bens apreendidos. Além das dragas, a operação resultou na apreensão de outros equipamentos utilizados na atividade ilegal, como motores, balsas, além de veículos, tratores e retroescavadeiras empregados no apoio logístico ao garimpo.

A ofensiva contra a mineração irregular não se limitou à capital. Ações semelhantes ocorreram nos municípios de Nova Mamoré, Espigão do Oeste, Cacoal, Costa Marques e em Lábrea, demonstrando a abrangência regional da fiscalização e a tentativa de desarticular cadeias ilegais de exploração mineral que causam danos ambientais severos.

Segundo o Ibama, a mineração ilegal provoca impactos significativos, como contaminação das águas por mercúrio, destruição de habitats aquáticos, prejuízos à fauna e riscos à saúde das populações ribeirinhas e indígenas. As dragas

apreendidas são consideradas instrumentos diretos da infração ambiental e, por isso, ficam sujeitas às penalidades previstas em lei.

A legislação ambiental estabelece que animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, veículos e demais bens utilizados na infração são passíveis de apreensão. Nos casos em que o responsável, detentor ou proprietário seja indeterminado, desconhecido ou possua domicílio indefinido, a notificação ocorre por meio da publicação do extrato do termo de apreensão no Diário Oficial da União.

Caso não haja manifestação dentro do prazo legal, os bens poderão ter destinação definitiva, conforme previsto na legislação, incluindo destruição, doação a órgãos públicos ou incorporação ao patrimônio da União. O Ibama reforça que as ações de fiscalização continuarão sendo intensificadas em Rondônia e na Amazônia Legal como parte do combate aos crimes ambientais e à exploração ilegal de recursos naturais.

Governo Federal vai fiscalizar Rondônia e outros 16 estados por cobrança acima do teto dos exames da CNH



A informação foi confirmada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho.

Rondônia está entre os 17 estados brasileiros que não cumprem o teto de R\$ 180 estabelecido em lei federal para o valor total dos exames exigidos na emissão da Carteira Nacional de

Habilitação (CNH). A informação foi confirmada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, ao anunciar em vídeo publicado pela página do GovBR no último domingo, 11, que o governo federal

vai intensificar a fiscalização para garantir o cumprimento da norma em todo o país.

No vídeo, o ministro foi enfático ao explicar o que determina a legislação. “A Lei Federal determinou que médico e psicológico não podem ultrapassar juntos o valor de R\$ 180,00. Não é R\$ 180,00 cada, é R\$ 180,00 para os dois exames. Isso é lei, não é sugestão, não é orientação, é obrigação”, afirmou.

Renan Filho também listou os estados que, segundo o Ministério dos Transportes, ainda não se adequa-

ram à regra. “Outros estados ainda não cumpriram a lei, são eles Acre, Amapá, São Paulo, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins”, declarou.

Segundo o ministro, o descumprimento da legislação tem impacto direto no bolso da população. “Na prática, pessoal, isso significa que milhões de brasileiros estão pagando mais caro do que a lei permite para tirar ou renovar a sua CNH”, disse.

Diante da situação, Renan Filho anunciou medidas administrativas.

“Por isso, eu anuncio aqui, para cumprir o nosso dever funcional, que o Ministério dos Transportes vai abrir um procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento da legislação federal por parte dos Detrans, que são os responsáveis pelo credenciamento das entidades que realizam os exames”, afirmou. Ele reforçou ainda que a norma precisa ser obedecida em todo o território nacional. “Lei deve ser respeitada, e no Brasil todo”, finalizou.

Ministério Público de Rondônia busca esclarecimentos e discute ausência de cargos no concurso da educação estadual



O objetivo é atender estudantes com deficiência na rede estadual.

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) reuniu-se nesta segunda-feira (12) com representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e de outros órgãos do Governo do Estado para discutir a ausência de cargos da educação especial no edital do concurso público

da educação, publicado no último dia 6 de janeiro.

A reunião foi conduzida pela promotora de Justiça Luciana Ondei Rodrigues Silva, coordenadora do Gaeduc, que destacou a preocupação com a falta de profissionais

como cuidadores, intérpretes e professores de Libras, professores de braille e equipes multidisciplinares, essenciais ao atendimento de estudantes com deficiência. Segundo o MPRO, desde 2024 há acompanhamento da carência desses profissionais na rede estadual.

A Seduc informou que o concurso priorizou, neste momento, professores e técnicos administrativos, diante do déficit histórico desses cargos, e que estuda alternativas para a educação especial. O MPRO concedeu prazo até quarta-feira (14) para que o governo apresente justificativas técnicas e jurídicas sobre a demanda e possíveis ajustes no edital, que já soma cerca de 48 mil inscritos.

Segundo o Ministério Público, a preocupação é evitar prejuízos ao atendimento educacional especializado e garantir que o planejamento do concurso esteja alinhado às necessidades reais das escolas estaduais, assegurando o direito à educação inclusiva previsto na legislação.

Após a análise das informações que serão encaminhadas pelo Governo do Estado, o MPRO avaliará a necessidade de novas medidas institucionais para assegurar a presença de profissionais adequados nas unidades escolares e a efetiva proteção dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência na rede pública de ensino.

O MPRO destacou ainda que acompanha de forma permanente a política de educação especial no estado e reforçou que a eventual inclusão de cargos ou adoção de soluções alternativas deverá priorizar a qualidade do atendimento e a garantia do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência na rede estadual de ensino.

Porto Velho volta ao centro do debate nacional ao se destacar em integridade, controle interno e transparência

Porto Velho volta a ganhar projeção nacional ao reforçar sua posição entre as capitais comprometidas com a integridade pública, o controle interno e a transparência. A adesão ao Programa Time Brasil, iniciativa voluntária da Controladoria-Geral da União (CGU), coloca o município em evidência no cenário brasileiro ao integrar um grupo seleto de capitais que avançam de forma estruturada na prevenção de riscos, no fortalecimento da governança e na qualificação da gestão pública.

O ingresso no programa ocorre em um momento estratégico da administração municipal, marcado por avanços concretos na área de transparência, reconhecidos ao longo

do último ano, e pelo fortalecimento institucional da Controladoria Geral do Município (CGM). Com o Time Brasil, Porto Velho passa a executar um plano de ação que envolve capacitação de servidores, aprimoramento de fluxos de controle interno, fortalecimento da ouvidoria, corregedoria, ética pública e ampliação da participação social, com suporte técnico direto da CGU.

A capital passa a figurar ao lado de grandes centros urbanos que adotam metodologias nacionais de integridade, utilizando sistemas e ferramentas da CGU voltados à gestão de processos disciplinares, tratamento de denúncias, proteção ao denunciante e monitoramento de riscos.



Controladoria-Geral da União nobilita iniciativa voluntária da Prefeitura de Porto Velho pela adesão ao Programa Time Brasil, referência em governança pública e boas práticas administrativas.

O movimento consolida uma política pública permanente de integridade, alinhada às boas práticas adotadas em nível federal.

O destaque nacional também reflete uma estratégia contínua da gestão municipal de institucionalizar mecanismos de controle e transparência,

fortalecendo a confiança da população na administração pública. A adesão ao Time Brasil não representa um ponto de partida, mas um novo patamar de maturidade administrativa, que projeta Porto Velho como referência entre as capitais brasileiras em governança, responsabilidade e eficiência no uso

dos recursos públicos.

Ao ampliar sua presença em iniciativas nacionais de integridade, Porto Velho reafirma seu compromisso com uma gestão moderna, técnica e transparente, conectada às exigências da sociedade e às diretrizes mais avançadas de controle interno no país.

Incinerador de resíduos de saúde de Porto Velho tem luz cortada após EcoPVH não pagar conta de energia



O incinerador municipal é responsável pela destinação final adequada de resíduos infectantes.

O incinerador municipal responsável pelo tratamento dos resíduos de serviços de saúde de Porto Velho teve o fornecimento de energia elétrica cortado após a EcoPVH, empresa que administra o contrato emergencial da limpeza urbana, deixar de pagar

a conta de energia da unidade, segundo notificação oficial da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O documento, datado de 12 de janeiro de 2026, informa que o fornecimento de energia elétrica do Incinerador Municipi-

pal localizado na Vila Princesa foi desligado, comprometendo diretamente a incineração dos resíduos de saúde gerados por hospitais, unidades públicas e demais estabelecimentos do sistema municipal. A Secretaria destaca que a operação e a manutenção do incinerador são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, conforme previsto no Contrato nº 028/PGM/2025.

Na notificação, a SEINFRA afirma que a falta de energia compromete o tratamento dos resíduos de saúde e a vigilância sanitária da unidade, deixando claro que sem fornecimento elétrico o in-

cinerador não opera, caracterizando falha grave na prestação de um serviço essencial.

O incinerador municipal é responsável pela destinação final adequada de resíduos infectantes, como materiais provenientes de salas de cirurgia, ambulatórios, laboratórios e unidades de atendimento público. Esses resíduos não podem ser descartados como lixo comum e exigem tratamento térmico especializado para evitar riscos de contaminação ambiental e à saúde da população.

Diante da interrupção do serviço, a SEINFRA notificou formal-

mente o Consórcio EcoPVH para que regularize o fornecimento de energia elétrica, incluindo a transferência da titularidade da unidade consumidora para o CNPJ da empresa e a religação do serviço, concedendo prazo de 72 horas para comprovação das providências adotadas. O documento reforça que não cabe à administração municipal assumir despesas de energia, já que os custos operacionais da unidade estão incluídos nas obrigações contratuais da contratada. Multas não têm sido eficazes o episódio se soma a um histórico recente de falhas reiteradas da EcoPVH na execução do contrato emergencial.

Homem é encontrado morto a tiros às margens da BR-429



Um homem foi encontrado morto na manhã desta terça-feira (13), por volta das 6h30, às margens da BR-429, no km 85, em um trecho da zona rural, em frente à Fazenda JKL.

A Polícia Militar foi acionada após denúncias de que havia uma pessoa caída ao solo, com o rosto ensanguentado, ao lado de um veículo de cor preta, que estava com as portas abertas. Ao chegar ao local, os policiais constataram que a vítima já estava sem sinais vitais e apresentava evidentes marcas de violência.

Durante a averiguação, foram identificadas diversas perfurações por disparos de arma de fogo nas portas dianteira e traseira do lado esquerdo do veículo, além de respingos de sangue sobre o asfalto. No porta-malas do automóvel, os policiais localizaram estojos de munição calibre .380 deflagrados. O veículo envolvido

é uma Chevrolet Tracker, de cor preta, que estava com as portas e o porta-malas abertos. O pneu dianteiro direito encontrava-se murcho.

A vítima foi identificada como Franklins de 53 anos, conforme documentos pessoais encontrados no interior do veículo.

A área foi isolada para os trabalhos da Perícia Técnico-Científica (Politec). O Serviço de Investigação Criminal (Sevic) também esteve no local e providenciou a remoção do veículo para procedimentos de papiloscopia.

Os documentos pessoais da vítima, bem como a quantia de R\$ 500,00 encontrada em seu bolso,

foram encaminhados à delegacia para as providências cabíveis.

gado pelas autoridades competentes, que irão apurar a autoria e a motivação do crime.

O caso será investi-



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2423/2025
MODO DE DISPUTA ABERTO
EXCLUSIVA ME EPP

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO Nº 550/2024/PGE-SEDUC." Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R\$ 16.167,49 (Dezesseis mil cento e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos). Início da sessão pública dia 27/01/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – Celular/Whatsapp (69) 99974-9293 ou através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 13 de janeiro de 2026.

Bruna Quinaia
Pregoeira/Agente de Contratação



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025/DETRAN/RO

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio do Diretor Geral, torna público, aos interessados, que o Pregão acima citado, que tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado, referente ao Processo n. 0010.002360/2025-93, foi adjudicado e homologado, parcialmente, com fulcro no art. 71, IV, da Lei n. 14133/2021 c/c art. 73 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, em favor da empresa:

PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 26.156.245/0001-04, no valor total de R\$ 3.985.238,88 (três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), para o grupo 01 e R\$ 3.991.414,56 (três milhões, novecentos e noventa e um mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos), para o grupo 03.

Oportuno registrar que o grupo 02 já se encontra homologado e publicado no Diário Oficial do Estado do dia 09/10/2025.

Porto Velho-RO, 13 de janeiro de 2026.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor-Geral



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1837/2025
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES." Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R\$ 154.639,11 (Cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e onze centavos). Início da sessão pública dia 29/01/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – Celular/Whatsapp (69) 99974-9293 ou através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 13 de janeiro de 2026.

Bruna Quinaia
Pregoeira/Agente de Contratação

Operação da PM resulta na apreensão de drogas em Ji-Paraná



A ocorrência teve início após denúncias de que um adolescente, estaria comercializando entorpecentes.

Uma ação da polícia resultou na apreensão de um menor em conflito com a lei e na retirada de uma grande quantidade de drogas de circulação na região do bairro São Francisco, em Ji-Paraná. A ocorrência teve início após denúncias de que um adolescente, estaria comercializando

entorpecentes na Rua Cruzeiro do Sul, mantendo um ponto de venda, “boca de fumo”.

Diante das informações, a polícia intensificou o patrulhamento na área nesta segunda-feira (12). Durante a ação, os agentes visualizaram o menor em frente a uma resi-

dência. Ao perceber a aproximação da viatura, ele tentou fugir para o interior do quintal do imóvel, mas foi rapidamente abordado.

Durante a abordagem, o adolescente deixou cair porções de drogas e acabou confessando que realizava a venda dos entorpecentes no local. Ele também indicou quem seria o responsável pelo fornecimento da droga, apontando um homem identificado como Flávio, maior de idade.

Com base nas informações, a polícia se deslocou até o endereço indicado, localizado na T7 com K2, no bairro São Francisco. Ao notar a chegada dos policiais, Flávio

fugiu pelos fundos da residência. Durante a tentativa de captura, um dos policiais sofreu um acidente ao tentar transpor um muro, que cedeu, causando sua queda e ferimentos. O agente foi socorrido pelo SAMU e encaminhado ao hospital municipal.

Em razão da prioridade no atendimento ao policial ferido, Flávio conseguiu escapar. No interior da residência, os policiais encontraram a esposa dele, identificada como Juscelene, que colaborou com a equipe e indicou onde estavam escondidos os entorpecentes, dinheiro, munições e celulares. Ao todo, foram apreendidos cerca de 3 quilos de drogas que estava dentro

de um balde, além de munições de revólver calibre .38. A arma, no entanto, não foi localizada.

Segundo relato da mulher, o revólver era entregue ao menor durante as vendas para garantir a segurança do ponto de tráfico e posteriormente devolvido ao suspeito.

Diante dos fatos, o menor foi apreendido e encaminhado para os procedimentos legais, assim como a esposa de Flávio Juscelene, que também foi conduzida à delegacia. O principal suspeito segue foragido, e a polícia continua as investigações para localizá-lo e esclarecer todos os detalhes da ação criminosa.

Jovem é preso após agredir avó e descumprir medida protetiva

A prisão ocorreu após vizinhos acionarem a Polícia Militar de Rondônia, relatando gritos e ameaças na residência da vítima, localizada em Porto Velho. Ao chegarem ao local, os policiais constataram que o agressor havia descumprido ordem judicial que o impedia de se aproximar da avó, além de apresentar comportamento violento.

O jovem recebeu voz de prisão em flagrante e foi encaminhado à Central de Flagrantes, onde permaneceu à disposição da Justiça, devendo responder por lesão corporal, ameaça e descumprimento de medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1327/2025/SEMTUR
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA
Benefício local/regional**

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL VISANDO À EXECUÇÃO DA REFORMA DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, CONVÊNIO Nº 366/PGE-2021, Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor total estimado: R\$ 301.674,09 (trezentos e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e nove centavos). Início da sessão pública dia 03/03/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Fone 69 9974-9293 ou através do e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 13 de janeiro de 2026.

Thiago Santos de Souza
Pregoeiro/Agente de Contratação



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE OURO
PRETO DO OESTE - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 01/2026**

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 01/2026. Tipo: Menor Preço GLOBAL. Processo Administrativo nº 3644/SEMINFRA/2025. Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Fornecimento de Internet Banda Larga, Fibra Ótica, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura – SEMINFRA, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R\$ 8.818,20 (Oito Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Vinte Centavos). Data de abertura: 30/01/2026, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> www.licitanet.com.br e www.ouropretodoeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: dcl@ouropretodoeste.ro.gov.br ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefones: (69) 3461-2416, 3461-4795 e 3461-5269.

Ouro Preto do Oeste/RO, 13 de janeiro de 2026.

Fernanda Batista Lima Pavaneli
Pregoeira – Decreto nº 17.917/2024

De Porto Velho para a história da Copinha: Caick José vive seu melhor momento no Athletic

O nome de Caick José ganhou destaque logo no início da edição 2026 da Copa São Paulo de Futebol Júnior. Natural de Porto Velho, o meia marcou o gol mais rápido da competição, aos 22 segundos do primeiro tempo, na vitória do Athletic Club por 1 a 0 sobre o Guarani, em Assis, vivendo um momento especial na carreira.

Em entrevista, Caick destacou os desafios da adaptação fora do estado, especialmente as diferenças climáticas e culturais. Longe da família, o jogador afirmou que precisou

abdicar de convivência e conforto para seguir o sonho no futebol, amadurecendo desde cedo.

Esta é a terceira participação do atleta na Copinha, e ele afirma chegar mais preparado. Segundo Caick, a evolução é técnica, física e mental. O bom momento também se reflete no desempenho do Athletic, que encerrou a fase de grupos com 100% de aproveitamento, dez gols marcados e nenhum sofrido.

Além do gol histórico, o meia tem sido peça importante na



Meia rondoniense fala sobre adaptação fora de casa, amadurecimento e orgulho de representar o estado após marcar o gol mais rápido da edição 2026.

organização do time, participando ativamente das jogadas ofensivas e mostrando regularidade nas partidas. O desempenho consistente aumenta as expectativas em torno de uma possível

projeção para categorias superiores do futebol profissional. Para Caick, representar Rondônia em uma competição nacional reforça o orgulho pelas origens e serve de inspiração para outros

jovens atletas do estado. “Carregar o nome da minha cidade e do meu estado é uma motivação a mais dentro de campo”, afirmou o jogador, que segue focado na sequência da competição.

Ji-Paraná estreia no Rondoniense 2026 mirando retorno às finais e calendário nacional



Maior campeão estadual entra na competição com metas esportivas e financeiras definidas e elenco montado por perfil.

Com estreia marcada para o dia 18 de janeiro, às três e meia da tarde, no estádio Biancão, diante do Guaporé, o Ji-Paraná inicia sua caminhada no Campeonato Rondoniense de 2026 sob expectativa elevada. O primeiro compromisso em casa abre uma temporada em que o clube busca voltar a figurar entre os protagonistas da competição e recuperar espaço

no cenário estadual e nacional.

A preparação para o campeonato foi conduzida com objetivos previamente estabelecidos. A comissão técnica trabalha com a meta de avançar à fase final do estadual, alcançar a decisão e, a partir disso, garantir calendário nacional para a temporada seguinte. Em entrevista, o técnico Bruno Monteiro explicou que o planejamento esportivo foi estruturado para assegurar retorno financeiro e maior estabilidade ao clube. Segundo ele, a formação do elenco priorizou o perfil dos atletas, mais do que apenas aspectos técnicos, dentro de uma estratégia pensa-

da para a realidade do torneio.

Dentro de campo, o grupo reúne jogadores experientes e atletas com identificação com o Ji-Paraná. O goleiro Gabriel, que veste a camisa do clube pela quarta temporada, avaliou que o elenco foi cuidadosamente selecionado e ressaltou o conhecimento das particularidades do Campeonato Rondoniense. O atleta afirmou que o trabalho coletivo tem sido direcionado para recolocar o clube em competições nacionais, citando a Copa do Brasil como um dos objetivos.

A história do Ji-Paraná ajuda a dimen-

sionar a expectativa criada em torno da temporada. Fundado há 34 anos, o clube soma nove títulos do Campeonato Rondoniense e ocupa a condição de maior campeão do estado na era do futebol profissional. Ao longo dessa trajetória, também acumulou participações relevantes na Copa do Brasil, fator que reforça o peso simbólico de cada nova campanha no estadual.

Fora das quatro linhas, a relação com a torcida segue como elemento central da identidade do clube. Torcedores que acompanham o time desde os primeiros anos continuam presentes e mantêm viva a liga-

ção com o Galo da BR. Um desses torcedores relatou que a ligação com o Ji-Paraná teve início em 1991, período em que participou da criação do mascote do clube, associando as cores azul e branca ao símbolo que atravessou gerações e consolidou o vínculo entre a cidade e o time.

A partida contra o Guaporé será o primeiro teste prático de um projeto que combina planejamento esportivo, memória histórica e mobilização da torcida. O Ji-Paraná entra em campo buscando transformar expectativa em resultado e dar início a uma campanha que pretende recolocar o clube nas decisões do futebol rondoniense.